

# HISTÓRIA DO BRASIL: REPÚBLICA (1889 – 1964)

## Ciências Sociais



**HISTÓRIA DO BRASIL: REPÚBLICA (1889 – 1964)**  
**Ciências Sociais**

## **Editores**

Mônica Cidele da Cruz

Isaías Munis Batista

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

## **Capa**

Mandala “Diversidade Cultural”, da artista plástica Judite Malaquias

## **Diagramação**

Feeling Propaganda

## **Revisão Ortográfica**

Gráfica e Editora Sanches Ltda

## **Conselho Editorial**

Adailton Alves da Silva – UNEMAT

Angel Corbera Mori – UNICAMP

Antônio Malheiros – UNEMAT

Carlos Edinei de Oliveira – UNEMAT

Eunice Dias de Paula – SEDUC/CIMI

Jaime José Zitkoski – UFRGS

João Severino Filho – UNEMAT

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira – UNEMAT

Lúcia Helena Alvarez Leite – UFMG

Lucimar Luísa Ferreira – UNEMAT

Maria Aparecida Bergamaschi – UFRGS

Maria Aparecida Rezende – UFMT

Mônica Cidele da Cruz – UNEMAT

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira – UNEMAT

Online - e - Impresso

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

O48h Oliveira, Carlos Edinei de.  
História do Brasil: República (1889 – 1964) / Carlos Edinei de Oliveira. – Curitiba: Feeling Propaganda, 2022.

45. p. (Ciências Sociais).

ISBN 978-65-81443-06-1

1. Brasil, História. 2. Brasil República. 3. Brasil, Revoltas e Movimentos Sociais. 4. Questão Indígena, História. I. Título. II. Título: República (1889 – 1964).

CDU 94(81)“1889/1964”

---

## SUMÁRIO

<b>Ficha de Identificação.....</b>	<b>05</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>06</b>
<b>Unidade 1: A República Brasileira.....</b>	<b>07</b>
<b>Unidade 2: Revoltas e Movimentos Sociais na República... 18</b>	<b>18</b>
A Revolta da Vacina.....	18
A Revolta da Chibata.....	19
Juazeiro.....	20
Movimento do Contestado.....	21
Guerra de Canudos.....	23
<b>Unidade 3: A Questão Indígena na República.....</b>	<b>29</b>
Serviço de Proteção ao Índio (SPI).....	29
As políticas de ocupação do Brasil central e as questões indígenas.....	32
Expedição Roncador-Xingu 35.....	35
Os Expedicionários.....	37
Para os Povos do Xingu.....	39
<b>Referências.....</b>	<b>44</b>
<b>Biografia dos Autores.....</b>	<b>45</b>

---

---

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a), gostaria que você se apresentasse preenchendo esta ficha de identificação:

Nome completo: \_\_\_\_\_

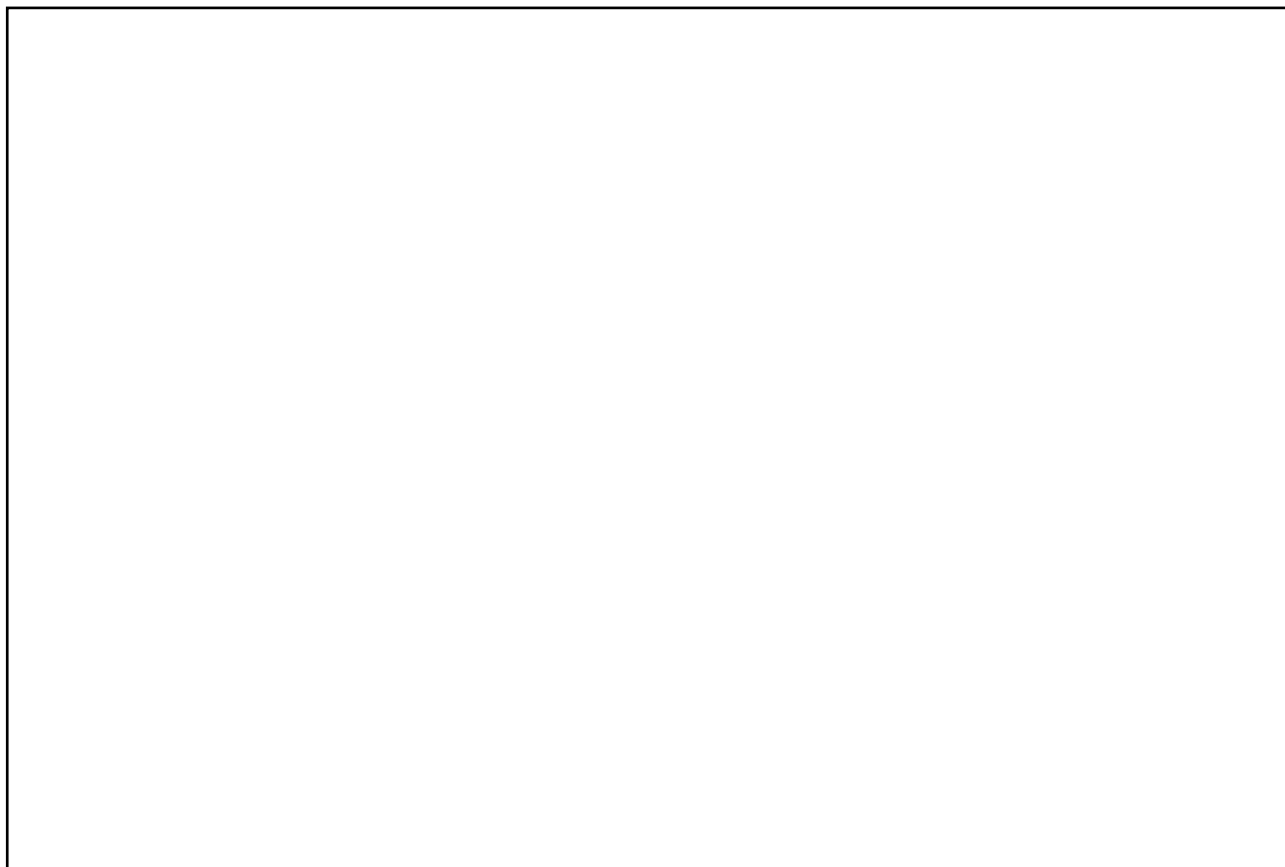
Povo: \_\_\_\_\_

Onde mora: \_\_\_\_\_

Telefone celular (WhatsApp): \_\_\_\_\_

E- mail: \_\_\_\_\_

Insira a seguir uma fotografia individual sua:



---

# APRESENTAÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a), apresento a você o Caderno Pedagógico Intercultural da disciplina de **História do Brasil: República (1889 – 1964)**. Este é um material para aprendizagem e interação com os conteúdos do componente curricular e uma proposta de prática pedagógica que, como professor (a), você poderá realizar em sala de aula com seus alunos e alunas.

Nesta disciplina, a **História do Brasil: República (1889 – 1964)** serão apresentados, no desenvolvimento, os seguintes temas:

- 1. A República Brasileira;**
- 2. Revoltas e Movimentos Sociais na República;**
- 3. A questão indígena na República.**

Você encontrará neste caderno textos e fontes históricas para leituras e análises, assim como espaços para elaboração das atividades. Também apresentamos sugestões de vídeos que poderão ser assistidos no Youtube. Os vídeos auxiliarão na compreensão dos conteúdos e ampliação do seu repertório sobre o conhecimento da História do Brasil. Para uma melhor interpretação dos textos, é importante acompanhar a leitura com um dicionário de língua portuguesa.

Você estudou até agora parte da História do Brasil Colonial (1500 – 1822) e Imperial (1822 – 1889), vamos prosseguir estudando a República brasileira até o ano de 1964, momento em que acontece no Brasil um golpe civil-militar.

Agora, você vai começar o estudo sobre a História do Brasil República.

---

## UNIDADE 1 A REPÚBLICA BRASILEIRA

O Brasil é uma **República Federativa**. República (res pública – assunto público) é uma forma de governo em que o líder do Estado é eleito pelos seus cidadãos ou por seus representantes. Na República, o líder exerce a sua função por tempo limitado. O poder está temporariamente com um Chefe de Estado ou com um Presidente da República.

O Presidente da República é escolhido por meio do voto realizado pelos cidadãos ou pelo voto de uma assembleia restrita. Na República, todos estão subordinados às leis fundamentais e à Constituição.

O Brasil já teve sete Constituições:

Constituição	Ano / Período	Governo
1ª Constituição	1824 – Brasil Império	D. Pedro I
2ª Constituição	1891 – Brasil República	Marechal Deodoro da Fonseca
3ª Constituição	1934 – Segunda República	Getúlio Vargas
4ª Constituição	1937 – Estado Novo	Getúlio Vargas
5ª Constituição	1946	Eurico Gaspar Dutra
6ª Constituição	1967 – Ditadura Militar	Artur da Costa e Silva
7ª Constituição	1988 – Constituição Cidadã	José Sarney

Podemos perceber, pelas constituições, que a República brasileira já teve momentos de **democracia** e de **ditadura**. No Brasil, nós tivemos três momentos de **ditadura**: o primeiro ocorreu de 1889 a 1894, conhecido como **República da Espada**, com os governos do Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; o segundo, de 1937 a 1945, durante o período denominado **Estado Novo**, no governo de Getúlio Vargas; e o terceiro, de 1964 a 1985, nesse período os presidentes da República foram militares, a ditadura civil-militar.

A **ditadura** é um governo não democrático, autoritário, exercido por uma única pessoa, ou por um grupo de pessoas. Na ditadura, o poder executivo tem supremacia e restringe os direitos individuais.

A **democracia** é um regime político em que o povo exerce sua soberania por meio do voto, elegendo seus governantes por meio de eleições periódicas.

Didaticamente, a República brasileira pode ser dividida em:

Primeira República	1889 – 1930
Governo Provisório de Getúlio Vargas	1930 – 1934
Governo Constitucional de Getúlio Vargas	1934 – 1937
Estado Novo – Governo de Getúlio Vargas	1937 – 1945
Quarta-República	1945 – 1964
Ditadura Militar	1964 – 1985
Nova República	1985 – ?

## ATIVIDADES

1. Entreviste (converse com) três pessoas acima de 18 anos e anote as respostas delas sobre as seguintes questões:

a) Qual a importância do voto em uma eleição?

Resposta da primeira pessoa:

---



---



---

Resposta da segunda pessoa:

---



---



---

Resposta da terceira pessoa:

---



---



---

b) O que é um governo ditatorial?

Resposta da primeira pessoa:

---



---



---



Resposta da segunda pessoa:

---

---

---

Resposta da terceira pessoa:

---

---

---

c) O que é um governo democrático?

Resposta da primeira pessoa:

---

---

---

Resposta da segunda pessoa:

---

---

---

Resposta da terceira pessoa:

---

---

---

2. Após ter estudado sobre governo ditatorial e democrático, para você, qual seria a melhor forma de governo para o Brasil e para as populações indígenas? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

A República brasileira começou no dia 15 de novembro de 1889 e foi resultado de um golpe civil militar que derrubou a monarquia brasileira.

A Proclamação da República não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas. Ela não foi, como frequentemente se afirma, o desfecho das questões religiosa e militar do fim do Império, dos excessos cometidos pela Coroa ou da insatisfação dos fazendeiros com a abolição da escravatura; não foi também fruto de uma antiga e irreprimível aspiração republicana nacional, que se teria manifestado desde os movimentos revolucionários ocorridos depois da Independência; muito menos, expressão do desejo libertário de segmentos oprimidos das classes populares ou dos anseios liberais de uma nascente classe média urbana, que os militares representariam (PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados** 13 (35), 1999. p. 167.

Segundo Maria Helena Souza Patto (1999), o golpe no Império Brasileiro, que culminou com a Proclamação da República, foi resultado da cisão da classe dominante.

A República foi, acima de tudo, resultado de uma cisão da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado. As tensões que movimentaram o país em direção à República tiveram origem, segundo Viotti da Costa, na quebra de unidade da classe dominante brasileira em função de mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850 e resultaram no exercício cindido do poder econômico e do poder político. O conflito básico que traz o fim do período monárquico não se dá entre um Brasil moderno, progressista, desejoso de democracia, representado pelas classes médias urbanas, e um Brasil conservador, regressista, afeito a concepções políticas totalitárias, representado pelas classes oligárquicas do Império; os grupos em confronto são dois setores da classe que garantira a sobrevivência do regime imperial: de um lado, as chamadas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões do café do Vale do Paraíba (monarquistas, escravistas, decadentes), apegadas a relações de trabalho e a formas de produção caducas, mas detentoras de poder político; de outro, as novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste paulista que, embora ocupando lugar central na economia do país, não dispunham de poder político (PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados** 13 (35), 1999. p. 168 -169.

## ATIVIDADES

3. Após ler os dois textos de Maria Helena Souza Patto, responda:  
a) Por que aconteceu o golpe que transformou o Brasil em uma República?

---

---

---

---

---

---

b) Quais as elites dominantes citadas nos textos?

---

---

---

---

---

---

---

c) Quais formas de economia são citadas nos textos?

---

---

---

---

---

---

---

Vamos ler o texto a seguir para compreendermos alguns aspectos significativos sobre o início da República brasileira.

### **15 DE NOVEMBRO DE 1889: A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**

A própria forma pela qual em geral nos referimos aos eventos ocorridos em 15 de novembro de 1889 – a “Proclamação da República” – já incorpora algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que ocorreu uma “proclamação”. Mas o que é “proclamar”? É apenas anunciar publicamente algo – no caso, que a Monarquia fora substituída pela República. Logo surgem outras ideias, como a de que a República no Brasil teria sido algo inevitável, uma etapa necessária da “evolução” da sociedade brasileira. Mais ainda, podemos imaginar que o fácil sucesso do golpe de Estado – que, tecnicamente, foi o que aconteceu no 15 de Novembro – seria resultado de um consenso nacional, e que os militares, os principais protagonistas do movimento, teriam atuado de forma unida e coesa.

Não é essa a visão que hoje podemos ter desses fatos. Não havia uma maioria republicana no país e nem mesmo unidade entre os militares. De fato, apenas uma pequena fração do Exército, e com características muito específicas, esteve envolvida na conspiração republicana.

O golpe de 1889 foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então “proclamada” sempre esteve, em alguma medida, marcada por esse sinal de nascença (ou, para muitos, pecado original). Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estiveram praticamente ausentes da conspiração. O golpe republicano foi sem dúvida militar, em sua organização e execução. No entanto, ele foi fruto da ação de apenas *alguns* militares. Quase não houve participação da Marinha, nem de indivíduos situados na base da hierarquia militar (as “praças”, como os soldados ou sargentos). Mas isso não significa que o movimento foi promovido por oficiais situados no topo da hierarquia. Dos generais, apenas Deodoro da Fonseca esteve presente. Os oficiais superiores podiam ser contados nos dedos, e o que mais se destacou entre eles não exercia posição de comando de tropa: trata-se do tenente-coronel Benjamin Constant, professor de matemática na Escola Militar.

Quem foram, então, os militares que conspiraram pela República e se dirigiram ao Campo de Santana na manhã do dia 15 de novembro de 1889 dispostos a derrubar o Império? Basicamente, um conjunto de oficiais de patentes inferiores do Exército (alferes-alunos, tenentes e capitães) que possuíam educação superior ou “científica” obtida durante o curso da Escola Militar, então localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Na linguagem da época, a “mocidade militar”.

Essa versão dos acontecimentos difere em alguns pontos importantes das opiniões disponíveis nos livros de história. Em alguns desses relatos, Deodoro aparece unindo simbolicamente todo o Exército; em outros, representando apenas os oficiais mais ligados à tropa, que eram chamados de “tarimbeiros”, geralmente não tinham estudos superiores e constituíam a maior parte da oficialidade. Minha visão de Deodoro é a de um chefe militar levado ao confronto com o governo motivado pelo que imaginava ser a defesa da “honra” do Exército e por algumas particularidades da política do Rio Grande do Sul, que havia chefiado pouco tempo antes. Foi somente nas vésperas do golpe que se reuniu em torno

dele um grupo muito pequeno de oficiais de patentes médias.

Todas as fontes disponíveis sobre o 15 de Novembro destacam a liderança que Benjamin Constant exercia sobre a “mocidade militar” formada na Escola Militar da Praia Vermelha, por ter sido durante muitos anos seu professor de matemática. Ele seria o “mestre”, “líder”, “catequizador” ou “apóstolo” desses militares. Para vários autores, principalmente os vinculados à tradição positivista, Benjamin Constant e seus jovens liderados teriam sido o principal elemento na conspiração. Minha perspectiva, no entanto, focaliza não o “líder” ou “mestre”, mas seus pretensos “liderados” ou “discípulos”. Quando examinamos com atenção as fontes documentais disponíveis, ao invés de assistirmos a Benjamin Constant catequizando os jovens da Escola Militar, encontramos justamente a “mocidade militar” seduzindo-o e convertendo-o ao ideal republicano. Atribuo à “mocidade militar”, portanto, o papel de principal protagonista da conspiração republicana no interior do Exército.

Formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, esses jovens contavam com dois poderosos elementos de coesão social: a mentalidade “cientificista” predominante na cultura escolar e a valorização do mérito pessoal. Esses elementos culturais informaram a ação política que levou ao fim da monarquia e à instauração de um regime republicano no Brasil.

A supervalorização da ciência, ou “cientificismo”, expressava-se na própria maneira pela qual os alunos se referiam informalmente à Escola Militar – “Tabernáculo da Ciência” –, deixando desde logo evidente a alta estima que tinham pelo estudo científico. É importante observar que a Escola Militar foi durante muito tempo a única escola de engenharia do Império. Como a Escola Militar não era passagem obrigatória para a ascensão na carreira militar, havia um fosso entre os oficiais nela formados e o restante (a maioria) da oficialidade do Exército, sem estudos superiores, mais ligado à vida na caserna, com a tropa.

Por outro lado, durante todo o Império, foi clara a hegemonia dos bacharéis em direito no interior da elite. Enquanto o *status* social dos militares era baixo, os jovens bacharéis tinham caminho aberto para cargos e funções públicas em todos os quadros administrativos e políticos do país. Os jovens “científicos” do Exército tinham que lutar para situar-se melhor dentro de uma sociedade dominada pelos bacharéis.

O republicanismo da “mocidade militar” era oriundo da valorização simbólica do mérito individual somada à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais. A “mocidade militar” era francamente republicana desde muito antes da “Questão Militar” de 1886-1887, geralmente considerada um marco da radicalização política dos militares ao final do Império. A partir de 1878, alunos da Escola Militar criaram clubes secretos republicanos e, em diversas ocasiões, cantaram ou tentaram cantar, desafiando seus superiores, a *Marseillaise*, o hino revolucionário francês. É notável o radicalismo de sua atuação e o fato de que, nos escritos e nas memórias dos jovens “científicos”, não apareçam referências a professores ou políticos convertendo-os ao republicanismo. As referências a esse respeito levam sempre a livros por eles adquiridos e devorados e, principalmente, à influência de outros jovens “científicos” agrupados em associações e clubes de alunos.

Entre a “mocidade militar” não havia clareza a respeito de como a República vindoura seria organizada. Parece ter sido suficiente saber que se tratava da única forma “científica” de governo, aquela onde reinaria o mérito, ordenador de toda a vida social. A falta de definição a respeito de como seria a República facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da “mocidade militar” antes do golpe de 1889; por outro lado, ajudou a apressar sua fragmentação tão logo a República foi instituída.

Foi com esse espírito “científico” e republicano que a “mocidade militar” participou ativamente da conspiração que levou ao fim da monarquia no Brasil. Nesse processo, esses jovens conseguiram atrair alguns oficiais não politizados – como Benjamin Constant – e outros de perfil mais *troupier*, como Deodoro. Apesar de poucos, esses oficiais mais graduados foram importantes para passar à Nação e ao Exército a ideia de que representavam a “classe militar”. (15 de NOVEMBRO DE 1889: A Proclamação da República. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>. Acesso em 03 nov. 2021).

Veja esta imagem, do acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, pintura a óleo produzida em 1893, pelo artista paulista Benedito Calixto, que representa a “Proclamação” da República.



**Figura 01:** A Proclamação da República, 1893. Benedito Calixto. Disponível em: <https://fernandessouza.com.br/proclamacao-da-republica-2017/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

## ATIVIDADES

4. Leia o texto “15 de Novembro – A Proclamação da República”, veja a imagem que reproduz a obra de Benedito Calixto e escreva um texto explicando o que você consegue perceber na imagem – Figura 01.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



5. Responda às seguintes questões, após ler o texto: “15 de Novembro – A Proclamação da República”:

a) O que aconteceu no dia 15 de novembro de 1889 foi uma proclamação ou um golpe? Por quê?

---

---

---

---

b) Quem foram os principais protagonistas do movimento republicano?

---

---

---

---

c) Conforme o texto, quem realizou o golpe em 15 de novembro de 1889?

---

---

d) Quem foram, então, os militares que conspiraram pela República e se dirigiram ao Campo de Santana na manhã do dia 15 de novembro de 1889 dispostos a derrubar o Império?

---

---

---

e) Qual foi o papel da “mocidade militar” no golpe de 1889?

---

---

---

---

---

---

---

## UNIDADE 2

# REVOLTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA REPÚBLICA

Durante a República brasileira, aconteceram vários movimentos sociais e revoltas, nas cidades e no campo. Esses movimentos vão revelar outras faces da modernidade. Vamos estudar alguns desses movimentos sociais que aconteceram na primeira metade do século XX.

Os movimentos sociais são formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma de a população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos. São fenômenos históricos, que resultam de lutas sociais, que vão transformando e introduzindo mudanças estruturais nas sociedades. (O que são movimentos sociais. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>. Acesso em 07 dezembro de 2021).

### A Revolta da Vacina

Foi uma revolta popular que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1904. A revolta foi motivada pela insatisfação da população com a campanha da vacinação obrigatória contra a varíola, implantada pelo médico sanitарista Oswaldo Cruz.

Leia o texto a seguir para conhecer melhor sobre a Revolta da Vacina:

#### Ruídos nas cidades

De 10 a 16 de novembro de 1904, ocorreu no Rio de Janeiro uma revolta popular contra medidas que visavam erradicar a febre amarela. Sobretudo a população pobre dos arredores da capital reagiu à vacinação obrigatória contra a varíola liderada pelo médico sanitарista Oswaldo Cruz.

A manifestação era resultado da má informação, mas

também da mistura apressada de tantas levas populacionais – com histórias, costumes e aprendizados distintos. A incompreensão de parte a parte provocou uma verdadeira explosão, com direito a quebra de meios de transporte, depredação de edifícios e ataque a agentes higienistas.

O governo reagiu com violência: decretou estado de sítio, suspendeu direitos constitucionais, prendeu os líderes do movimento e os deportou para o atual estado do Acre. A revolta foi finalmente controlada, mas o saldo restou ambivalente: de um lado, erradicou-se a varíola na cidade do Rio de Janeiro; de outro, chegou a trinta o número de mortos durante a rebelião, e a 110 o registro de feridos. (SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 329.)

## A Revolta da Chibata

Para conhecer mais sobre outra revolta que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro na primeira República, assista ao vídeo no *link* <https://www.youtube.com/watch?v=rtfeS0WSXhY>.

6. Agora que você assistiu ao vídeo, escreva por que aconteceu a Revolta da Chibata em novembro de 1910.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Veja o que relatam as autoras Lilia Schwarcz e Heloisa M. Starling sobre a Revolta da Chibata:

A reação a tanta novidade não ficou restrita apenas às cidades. Em distintas regiões do país estouraram movimentos sociais que combinavam a questão agrária e a luta pela posse de terra com traços fortemente religiosos. Levantes como Contestado, Juazeiro, Caldeirão, Pau de Colher e Canudos representaram o lugar do encontro entre a mística e a revolta, o resultado pouco previsto do processo de modernização e da desatenção com esse grande contingente populacional. Abandonados por uma República que fazia da propriedade rural a fonte do poder oligárquico, grupos de sertanejos buscaram transpor o abismo que os separava da posse da terra, teceram relações inesperadas entre a história e o milenarismo, e sonharam viver numa comunidade justa e harmônica. (SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 332).

## Juazeiro

Para compreendermos um pouco mais a Sedição do Juazeiro, a história que envolve o Padre Cícero e as forças políticas do Ceará, vamos assistir à minissérie Sedição do Juazeiro.

Sedição de Juazeiro é uma minissérie brasileira produzida para a rede pública de televisão cearense, dividida em quatro capítulos, do gênero guerra, baseada no confronto ocorrido em 1914 entre as oligarquias cearenses e o governo federal, e lançada no dia 22 de Agosto de 2012 no Cine Teatro João Frederico Ferreira Gomes, anexo II da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Para assistir à minissérie completa, Sedição do Juazeiro, acesse o *link* <https://www.youtube.com/watch?v=GvhBH7AL8nQ>

7. Após assistirmos à minissérie, vamos conversar com os nossos amigos de turma sobre os principais aspectos apresentados nas cenas.

## Movimento do Contestado

Leia o texto a seguir sobre o movimento do Contestado (1912 – 1916), que aconteceu na Região Sul do Brasil, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina. Ele foi um conflito causado pela disputa desses territórios.

### CONTESTADO 100 ANOS (1912 – 1916)

Iniciada em outubro de 1912, na Região Sul do país, a Guerra do Contestado foi um conflito armado que opôs forças do governo (federal e estadual) e sertanejos que viviam na região disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Estendeu-se por quatro anos, até 1916, e estima-se que tenha deixado mais de 10 mil mortos.

Com ampla cobertura da imprensa da época, os jornalistas, militares e cronistas se referiram ao conflito de diversas maneiras: guerra santa, guerra dos fanáticos, guerra dos jagunços, guerra sertaneja, movimento do contestado, ente outros títulos. A origem e a longevidade do conflito foram atribuídas de imediato à “ignorância” e ao “fanatismo” dos sertanejos que viviam na região em disputa e se reuniram em torno do monge Zé Maria para resistirem à modernização em curso.

Ao longo desses 100 anos que nos separam do início da guerra, os estudos sobre esse emblemático movimento de resistência foram se renovando e trazendo a lume novos e sensíveis elementos para a análise do episódio. Se os primeiros estudos se limitaram à compreensão do conflito a partir da ignorância, do abandono, da miséria e de uma conseqüente desqualificação dos valores do mundo rural, a partir da década de 1970 começaram a surgir vigorosas pesquisas que procuraram investigar o universo cultural e político daqueles homens, seus rituais de devoção, a formação da irmandade cabocla e das cidades santas, suas lideranças e seu desejo por um novo mundo. Inicialmente classificada como uma “revolta alienada”, o movimento passou a ser observado pelos pesquisadores como reflexo de demandas em sintonia com a realidade política e social de seus atores.

Também ganharam força as abordagens que se detiveram sobre a presença ostensiva do capital estrangeiro na região, como a atuação da *Brazil Railway Company* na construção da estrada

de ferro São Paulo – Rio Grande e a instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* para a exploração comercial madeireira e para a colonização dessas terras. Esses empreendimentos causaram enormes impactos no cotidiano da população local, entre os quais podemos citar a desapropriação de terras, a expulsão de moradores de seus locais de origem e as mudanças nas relações de trabalho.

Outro agravante foi o enorme contingente de desempregados que se fixaram na região após o final de algumas obras. Somam-se a essa conjuntura a instabilidade política nacional e internacional do período, a necessidade de reafirmação do exército brasileiro, o interesse e a atuação dos coronéis locais, entre outros aspectos fundamentais para entendermos a enorme gama de transformações que ocorreram na Primeira República no Brasil. (Guerra do Contestado – 100 anos (1912/16 – 2012). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado/abertura>. Acesso em 07 de dezembro de 2012).

8. Pesquise na internet imagens sobre a Guerra do Contestado e as insira no quadro a seguir. Não se esqueça de fazer as referências das imagens.

--	--	--


## Guerra de Canudos

A Guerra ou Campanha de Canudos foi um movimento realizado entre os moradores da cidade de Canudos e o Exército Brasileiro. Nesse confronto, mais de 25 mil pessoas foram mortas. Canudos era um vilarejo na Bahia, liderado pelo líder religioso Antônio Conselheiro.

Para conhecermos mais sobre Canudos, vamos ler o texto a seguir:

Mas sobretudo a Guerra ou Campanha de Canudos – esse movimento sociorreligioso, liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897 – tomou a imaginação do país. A região fora ocupada por uma série de latifúndios decadentes, era assolada por crises cíclicas de seca e desemprego crônico, e contava com

milhares de sertanejos que peregrinavam pelo sertão baiano. Em maio de 1893, Conselheiro e seus seguidores chegaram a Bom Conselho, Bahia. Ali assistiram a uma cobrança de impostos que haviam aumentado muito com o advento da República e, diante do povo reunido num dia de feira, Antônio Conselheiro arrancou os editais pregados nas paredes e os queimou. Ao saber do ocorrido, o governador do estado, Rodrigues Lima, enviou soldados para prender o beato e dissolver seu grupo. Mas os policiais foram atacados e facilmente derrotados pelos sertanejos. Esse combate levou Conselheiro a pôr fim à peregrinação e se estabelecer na fazenda de Canudos. Da data de chegada até o fim da guerra, a comunidade cresceu de 230 para cerca de 24 mil habitantes e, batizado de Belo Monte, o arraial se tornou um dos mais populosos da Bahia.

Canudos incomodou o governo da República e os grandes proprietários de terra da região por uma razão principal: era uma nova maneira de viver no sertão, à parte do sistema de poder constituído. É certo que o arraial não chegou a representar uma experiência de vida igualitária – o desenho urbano da comunidade, bem como a distribuição de tarefas e as relações sociais entre seus membros indicava que as hierarquias sociais não foram eliminadas. Mas é certo também que se tratava de uma experiência social e política distinta daquela do governo central republicano: o trabalho no arraial baseava-se no princípio de posse e uso coletivo da terra e na distribuição do que nela se produzia. Todos que lá chegavam recebiam gratuitamente uma porção de terra para viver e trabalhar. Havia plantações diversas, criação de gado e animais de montaria, e fabricava-se couro curtido. O resultado da produção era dividido entre o trabalhador e a comunidade, a autoridade religiosa do Conselheiro não dependia do reconhecimento da Igreja Católica, e Canudos não estava submetido nem aos proprietários de terra nem aos chefes políticos da região – representava um elemento perturbador num mundo dominado pelo latifúndio.

A República enviou a Canudos quatro expedições formadas por tropas do Exército, e o contingente de soldados aumentava a cada vez. Em março de 1897, o coronel Moreira César, comandando 1.300 soldados na terceira expedição, atacou o arraial, metralhando-o por horas a fio. As tropas do governo foram, porém, derrotadas, Moreira César baleado e morto, e ao fugirem, os soldados foram novamente atacados pelos sertanejos,

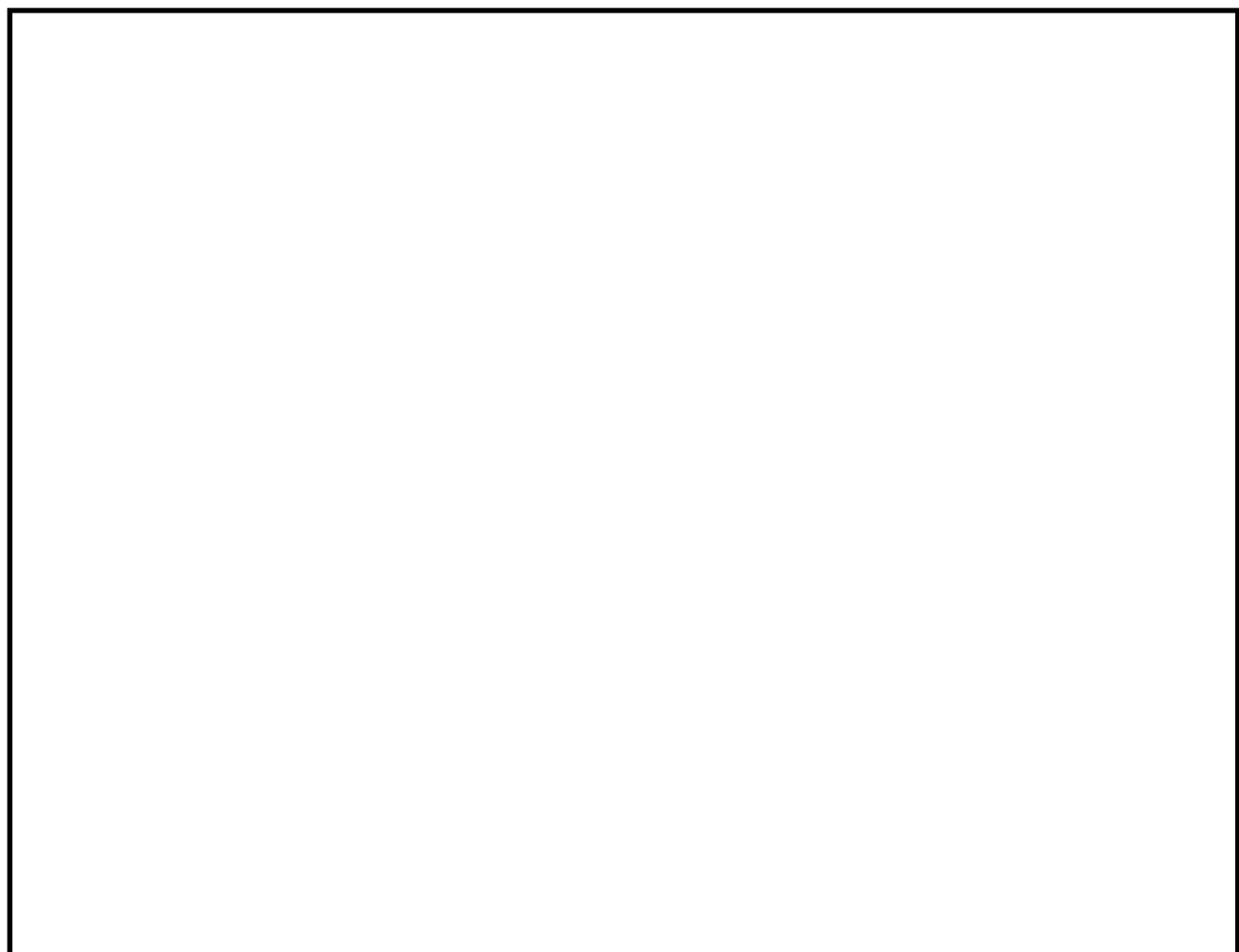


centenas morreram. A repercussão da derrota foi estrondosa. No Rio de Janeiro, a capital da República, os jornais divulgaram que Canudos era um reduto de monarquista e tinha que ser destruído. Mesmo assim, o arraial resistia a ataques cada vez mais violentos da quarta expedição enviada pelo governo composta de 421 oficiais e 6.160 soldados, armados até os dentes.

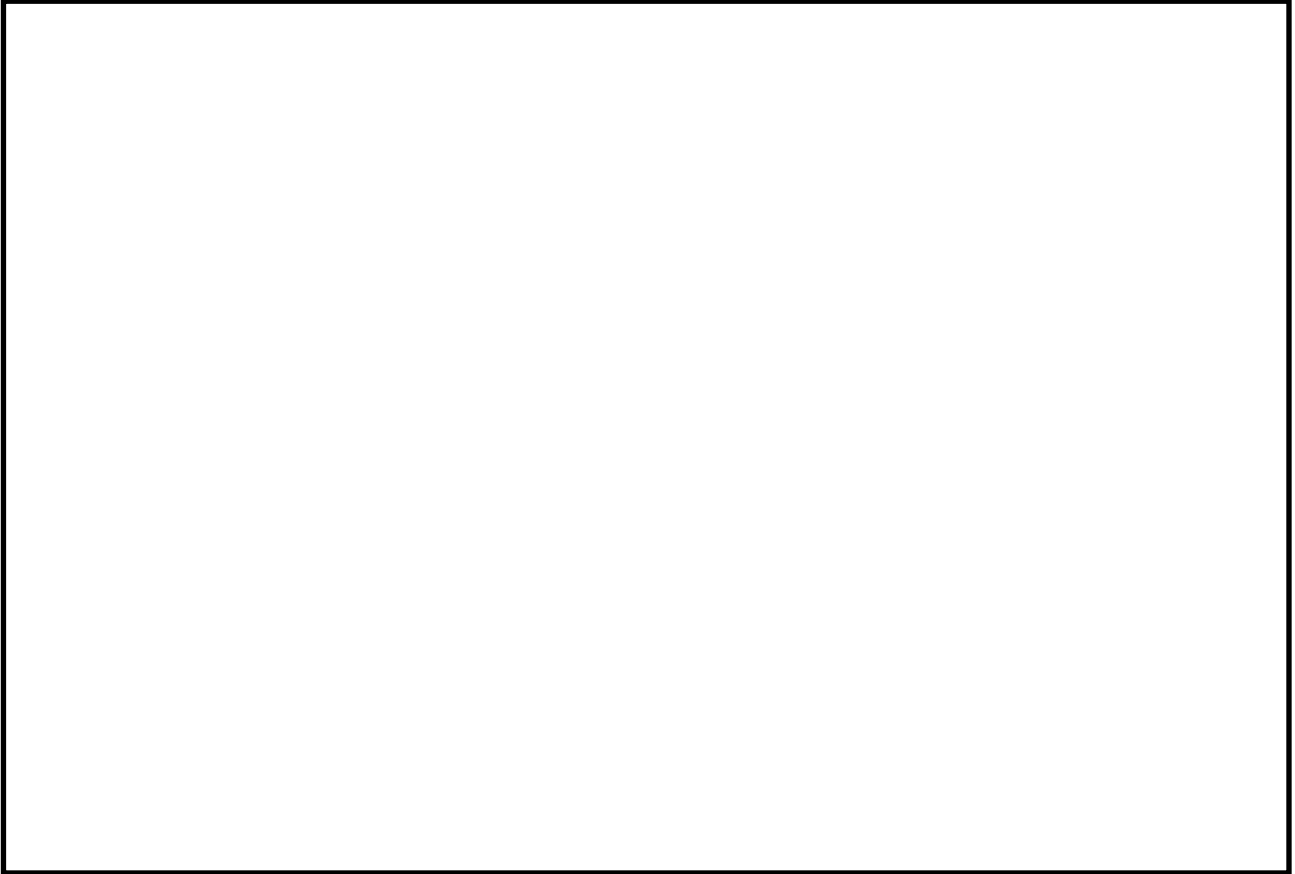
Em outubro de 1897, o Exército garantiu que quem se rendesse sobreviveria. Mas o acordo não foi cumprido, e muitos dos homens, mulheres e crianças que se entregaram foram degolados. No dia 5 do mesmo mês, por fim, o arraial foi invadido, queimado com querosene e dinamitado. (SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.333 - 334).

9. Agora que já conhecemos a história de Canudos, vamos fazer várias representações (desenhos) para nos auxiliar a compreender essa história.

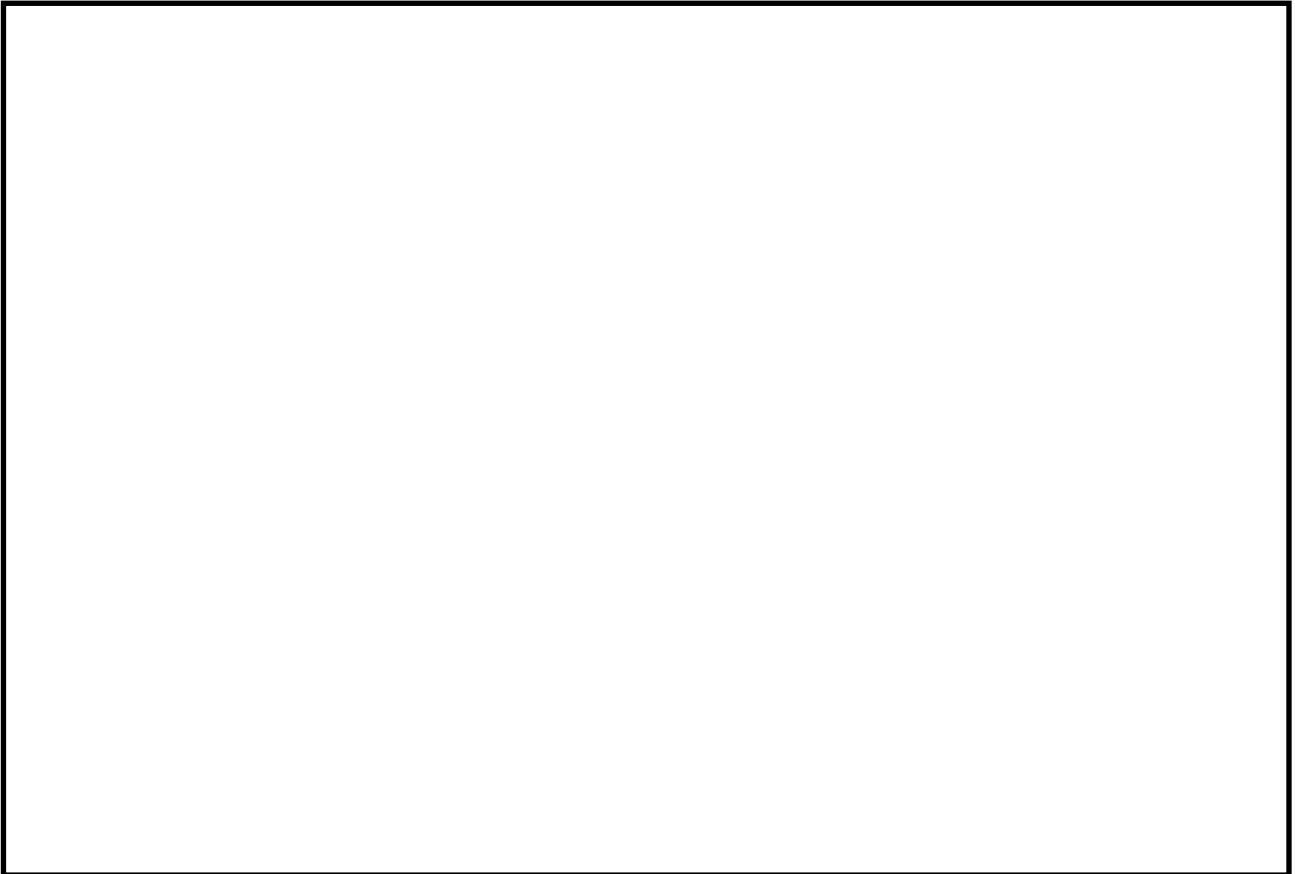
a) O líder do movimento de Canudos



b) A peregrinação dos Sertanejos



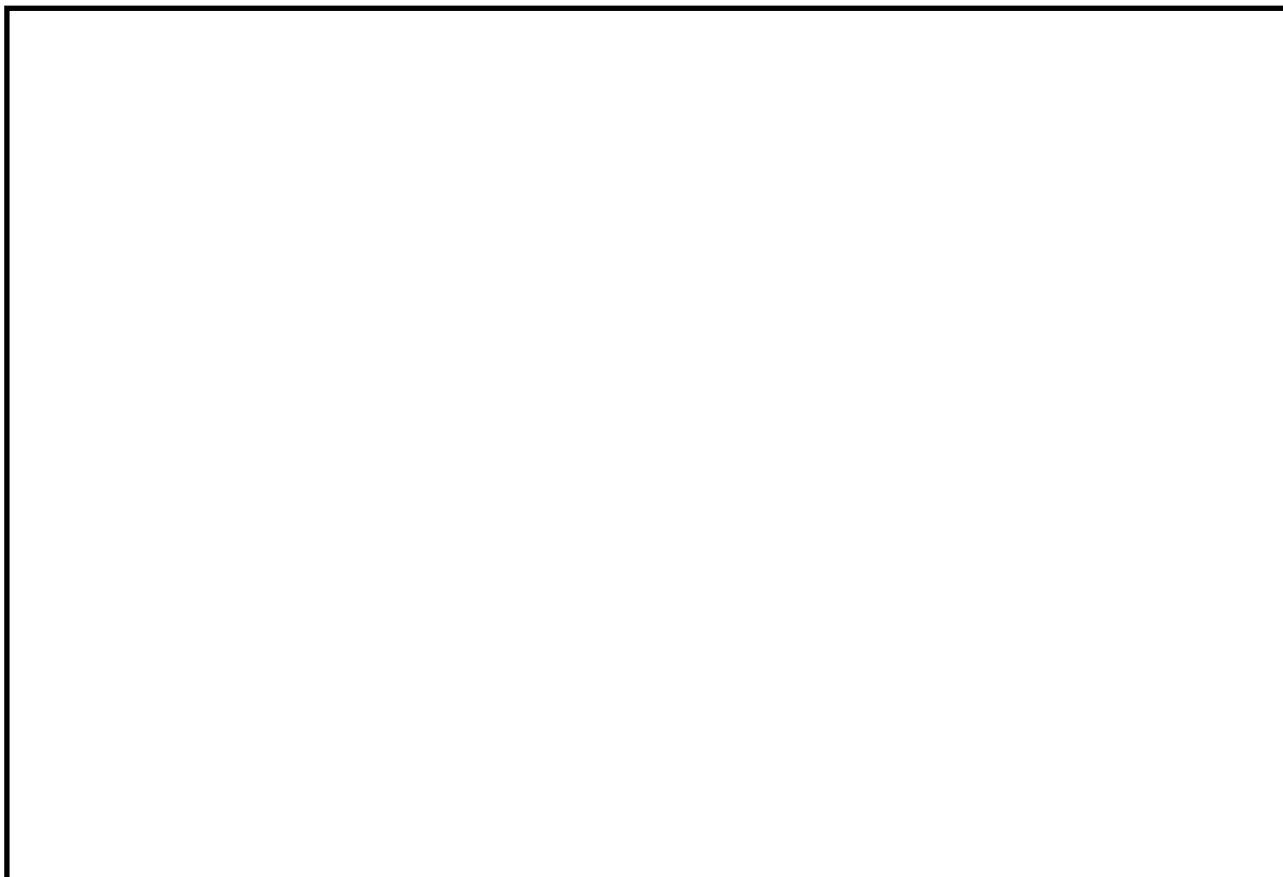
c) Antônio Conselheiro arrancando os editais de cobrança de impostos



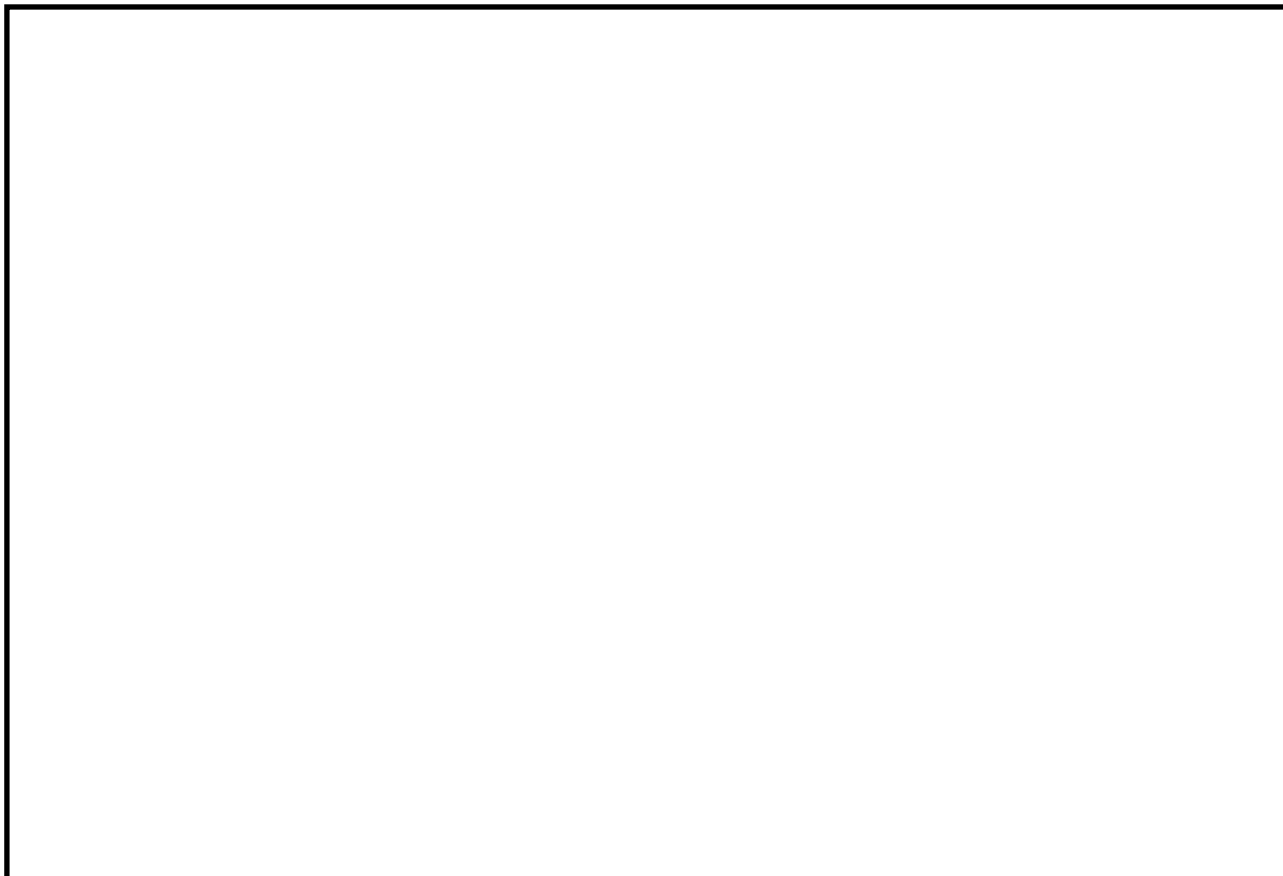
d) O arraial de Belo Monte



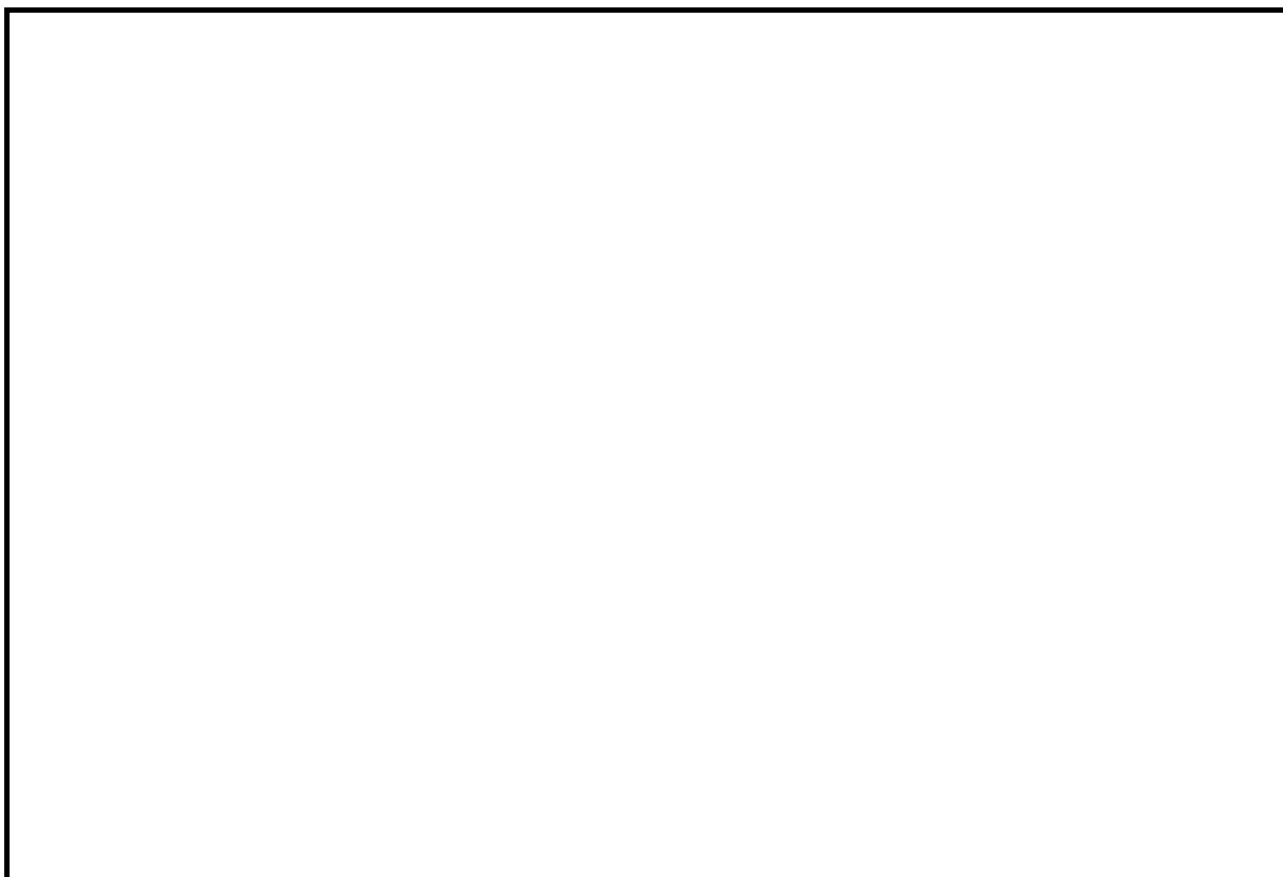
e) O ataque do Exército brasileiro a Canudos



f) A destruição completa do arraial de Belo Monte



g) A Guerra de Canudos



---

## UNIDADE 3

# A QUESTÃO INDÍGENA NA REPÚBLICA

### Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

Vamos ler com atenção o texto a seguir:

A partir da República se passou a considerar que os índios poderiam evoluir a “um grau superior” de civilização, equiparando-se aos “brancos”. Nesse sentido, foram estabelecidas as seguintes diretrizes para tratar da questão indígena:

1. abrir terras à colonização do interior, pondo fim aos atritos entre índios e brancos;

2. realizar o “extermínio da selvageria”, pacificando os índios bravos e tornando-os “respeitosos de nossa civilização”;

3. situar os povos indígenas dentro da Nação brasileira. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja direção foi entregue ao Marechal Rondon, que estivera à frente da Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

Recorrendo a meios não violentos, Rondon conseguiu que muitos povos indígenas autorizassem a passagem das linhas telegráficas por seus territórios. Ao assumir a direção do SPI, ele estabeleceu como diretrizes:

- pacificar o índio arredio e hostil para permitir o avanço da civilização nas zonas pioneiras, recém-abertas à exploração econômica;

- demarcar suas terras, criando “reservas indígenas”, para que eles “parassem de correr de um lado para o outro”.

As reservas dispunham de um chefe branco, que ensinaria aos índios técnicas civilizadas de agricultura, noções de higiene, as primeiras letras, ofícios mecânicos e manuais e lhes garantiria tratamento para as doenças transmitidas pelos brancos. Ali eles também estariam protegidos de usurpadores e de comerciantes espertos.

O SPI teve o mérito de despertar na opinião pública brasileira a ideia de que o índio é parte da nação. No entanto, como resultado de sua atuação, houve a extinção de diversos povos.

Inúmeros outros grupos sofreram tremendas baixas populacionais. Além disso, com frequência, os próprios

funcionários do SPI usavam a mão de obra indígena em regime de semiescravidão nos seringais, na lavoura etc. Anos mais tarde, assim conclui Rondon (1953, vol. II, p. 341) sobre a política de reservas: [...] “Não é o índio indolente; ao contrário, a sua vida é uma série interminável de trabalhos penosos e arriscados. O que não representa derrubar uma árvore, na floresta, a machado de pedra? E eram extensas as derrubadas que faziam para as suas plantações [...]. E as caminhadas a que eram obrigados para apanhar a caça que lhes devia servir de alimento, terra e território para tirar, em troncos de árvores gigantescas, os favos preciosos de mel [...]. Não se podia exigir do índio o mesmo gênero de atividade, o mesmo sistema de trabalho europeu. Acostumado aos horizontes sem fim de sua terra, julgar-se-ia asfixiado no estreito âmbito de um lote e não haveria meio de o manter aí, se não obrigando-o à força, a permanecer e trabalhar – o que seria sua morte”. (VALADÃO, Virgínia. Terra e território. **Índios do Brasil 2**. Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEED: SEF, 2001. p. 85-87).

10. Responda às seguintes questões:

a) Quais diretrizes foram estabelecidas a partir da República para tratar os povos indígenas?

---

---

---

---

---

b) Explique o significado dessas expressões para o território dos povos indígenas:

- abrir terras à colonização

---

---

---

- extermínio da selvageria

---

---

---

c) O que foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)?

---

---

---

---

---

---

---

d) Quais as diretrizes estabelecidas por Rondon ao assumir a direção do SPI?

---

---

---

e) Escreva um comentário sobre esta parte do texto:

**“O SPI teve o mérito de despertar na opinião pública brasileira a ideia de que o índio é parte da nação. No entanto, como resultado de sua atuação, houve a extinção de diversos povos”.**

---

---

---

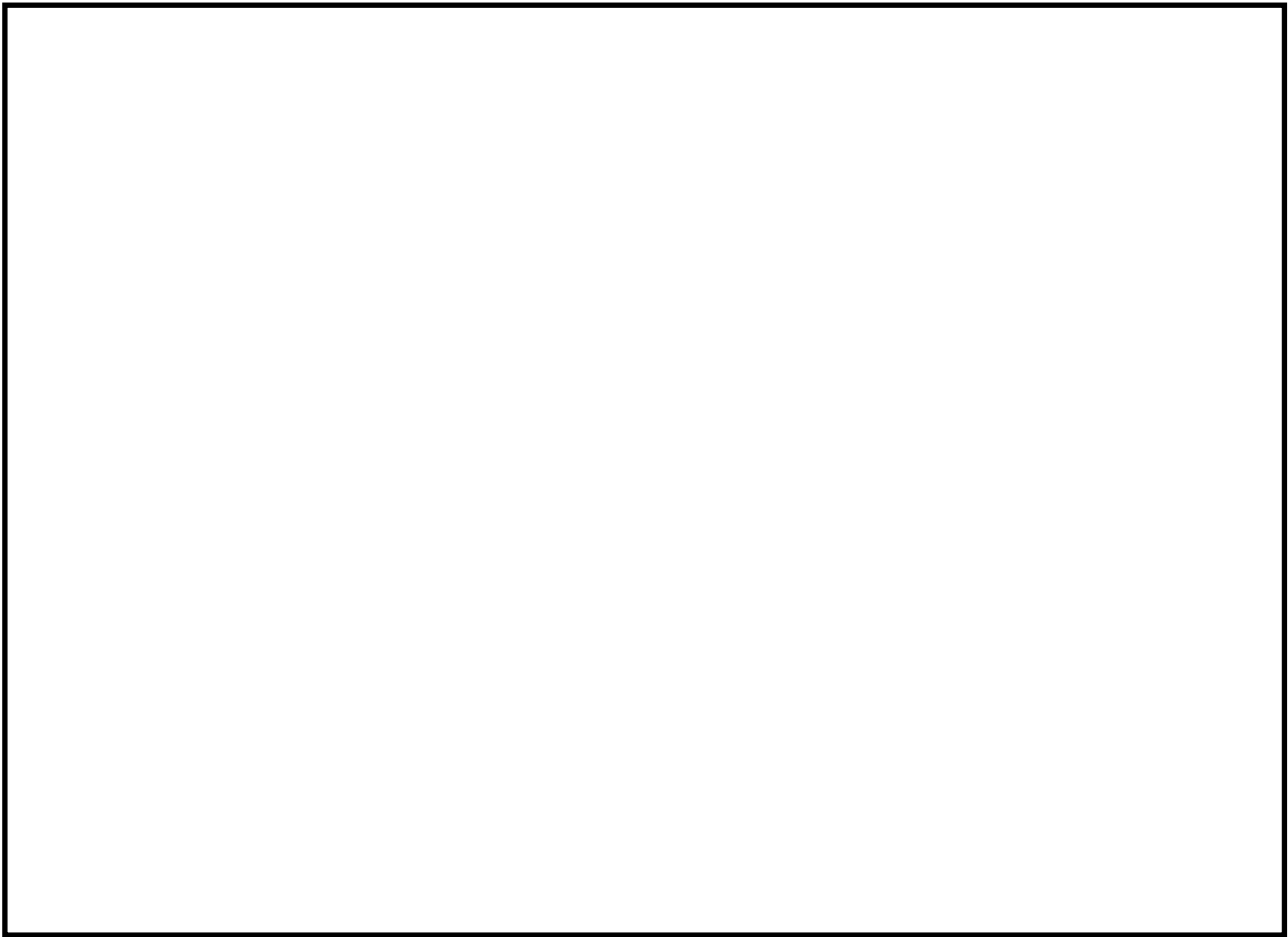
---

---

---

---

f) Leia no final do texto as palavras de Rondon (1953, vol. II, p. 341) e faça uma representação (desenho) que possa ilustrar qualquer aspecto do que ele escreveu:



## **As políticas de ocupação do Brasil central e as questões indígenas**

Nos anos 30, do século XX, inicia-se no Brasil um movimento de reocupação do interior do seu território. O movimento de tornar o interior do Brasil “ocupado” e produtivo durante o governo do presidente da República Getúlio Vargas está explícito no programa de integração econômica e territorial conhecido como “Marcha para o Oeste”, que, segundo João Carlos Barrozo:

Entre os objetivos explícitos da Marcha para o Oeste podemos destacar a ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia Meridional, a produção para o mercado nacional e o esvaziamento dos centros urbanos com maior densidade demográfica, localizados no litoral brasileiro (BARROZO, 2008, p.



Para compreendermos melhor, vamos ler o texto a seguir, escrito por Thays Fregolent de Almeida:

### **Contexto histórico: O Estado Novo (1937 – 1945)**

Em 10 de novembro de 1937, era instaurado, por Getúlio Vargas, o Estado Novo. Nas representações do novo sistema de governo, “a ênfase no novo era constante: o novo regime prometeria criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo” (CAPELATO, 2017: 123). A partir dessa construção de um velho e um novo, operava-se a promessa de um futuro glorioso, e o destino do Brasil começava a ser construído como o de ser um “país do futuro” (CANCELLI, 2017: 73). A partir desse momento, Vargas passou a governar através de decretos-lei, aumentou a repressão do Estado, a censura, e mobilizou o país na sua campanha rumo à integração nacional: a Marcha para o Oeste. A proposta era organizar uma nova nação – integrada territorialmente – com uma nova identidade nacional: coletiva. O projeto de governo, inflamado por um discurso nacionalista, previa a efetiva integração nacional a partir da expansão das fronteiras estatais. A Marcha, relacionada pelo próprio Estado ao tradicional movimento das Bandeiras, fez-se a melhor tradução das ambições governamentais de um movimento identitário e unificador, visando o reconhecimento e a integração de todo o território nacional. Como fica explícito no seguinte trecho do quinto volume do livro *A Nova Política do Brasil* de Getúlio Vargas: O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938: 124).

...

É nesse sentido que a primeira metade da década de 1940 foi marcada pelo início da Campanha da Marcha para o Oeste, na qual Getúlio Vargas viajaria pelo Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Sua visita à Ilha do Bananal, em 1940, foi um momento chave na construção da Campanha, era a primeira vez que um presidente da república visitava uma área indígena e o Oeste da

nação (GARFIELD, 2000: 15-42). Em 1942, foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica, e em 1943 foram criadas duas das mais importantes instituições: a Expedição Roncador-Xingu (ERX) e a Fundação Brasil Central (FBC). (Adaptado de ALMEIDA, Thays Fregolent de. Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central. **História e Democracia**: precisamos falar sobre isso. ANAIS. Unifesp / Campus Guarulhos, set. 2018. p. 1).

11. Após ler e analisar o texto, responda:

a) Em 10 de novembro de 1937, era instaurado, por Getúlio Vargas, o Estado Novo. O que isso significava no discurso do governo?

---

---

---

---

b) Como Vargas governou de 1937 a 1945, durante o Estado Novo?

---

---

---

---

c) Como foi chamada a campanha de Vargas rumo à integração nacional?

---

---

d) Qual seria a proposta da Marcha para o Oeste?

---

---

---

e) Quais instituições foram criadas em 1943?

---

---

---

---

---

## A expedição Roncador-Xingu

Para conhecermos um pouco sobre a expedição Roncador-Xingu, vamos ler o texto produzido por Maria Eduarda Capanema Guerra Galvão:

A Expedição Roncador-Xingu, instituída pela Portaria nº 77, de 03/06/1943, do Coordenador da Mobilização Econômica, fazia parte do programa da Marcha para o Oeste e se tornaria a via de entrada dos três jovens [os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas] no grande sertão brasileiro.

O documento que organiza a Expedição assinala a necessidade de criar redes de comunicação com o Amazonas pelo interior e de explorar e povoar a região do “maciço central” do Brasil. Dentre os objetivos elencados, citam-se:

a) Partindo da cidade de Leopoldina, sobre o rio Araguaia, em Goiás, seguir na direção geral de Noroeste rumo a Santarém, sobre o Amazonas;

b) Procurar o ponto mais favorável sobre o rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização;

c) Continuar a marcha galgando a serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento da expedição e exploração do território;

d) Invernar nesse local preparando o campo de aviação e iniciando trabalhos agrícolas e de construção.

II – Um segundo escalão da expedição deverá partir [ ... ], com os elementos necessários para melhorar os caminhos e fixar,

no mínimo 200 (duzentas famílias por ano ).<sup>1</sup>

A portaria afirma ainda que a Expedição Roncador-Xingu seria um passo decisivo para a realização do programa da Marcha para o Oeste, lançado pelo governo. O documento não deixa muitas dúvidas com relação a algumas das metas para a região do Brasil Central: povoar, explorar e sanear aquela parte do território nacional era uma proposta que apostava no progresso econômico através da ocupação de uma porção do Brasil que, embora ainda pouco conhecida e de difícil acesso, deveria ser definitivamente integrada ao território nacional.

...

A Lei que organiza a Expedição Roncador-Xingu também determina a fundação de “núcleos de civilização” em pontos adequados. Tais núcleos, inicialmente, seriam os acampamentos levantados ao longo do percurso. Nesses locais é que a retórica do governo encontraria o espaço ideal para sua realização objetiva. Civilizar o interior significava também sanear e educar suas populações para uma nova situação, para um novo Brasil que pretendia transformar os habitantes das regiões mais inóspitas em cidadãos produtivos e socialmente integrados. Nesse sentido, Vargas é enfático ao ressaltar a importância do ingresso na região amazônica, que aqui também pode ser compreendida como o vasto “Oeste” brasileiro, no corpo econômico e social da Nação. (GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central I**. Dissertação (Mestrado) – 110 f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2014. p. 16-18).

12. Explique o que foi a Expedição Roncador- Xingu:

---

---

---

---

1 Cf. Portaria nº 77, de 03/06/1943. Do Coordenador da Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros. In: Acary de Passos Oliveira, Roncador-Xingu. Roteiro de uma Expedição. Goiânia: FGV, 1976, pp. 175- 176.

---

---

---

---

---

## Os expedicionários

Vamos analisar, a seguir, o contato com os povos indígenas realizados pelos mais reconhecidos participantes da Expedição Roncador-Xingu, os irmãos Villas Bôas:

Os mais reconhecidos expedicionários que atuaram na expedição foram Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas. Pequenos burgueses do interior do estado de São Paulo que no início da década de 1940 começavam a fazer suas vidas na capital. Com a morte dos pais, o vínculo dos irmãos com a cidade grande se perdeu, e a época coincidiu com o momento em que o governo anunciava a Roncador-Xingu (VILLAS BÔAS, 2005: 32).

Após algum tempo realizando trabalhos mais básicos, os irmãos Villas Bôas tornaram-se os interlocutores imediatos do Coronel Vanique, que não vivia diretamente nos acampamentos (GALVÃO, 2014: 12). Em julho de 1945, foi realizado o primeiro contato com os índios Xavante, e em setembro foi inaugurado o campo de pouso Tanguro.

No ano seguinte, 1946, foi estabelecido o contato com os índios Kalapalo na região do rio Kuluene – um dos formadores do Xingu. A vanguarda atingiu, finalmente, o rio Xingu em 1947, quando foi construído o posto Jacaré e quando se deu o contato com os povos Kamayurás, Mehinakús e Awetis. Um ano depois, em uma exploração da região do rio Tanguro, foram contactados os índios Waurás (MEIRELLES FILHO, 2011: 116-131).

Os contatos e “pacificações” exercidos pelos irmãos Villas Bôas com as nações indígenas encontradas ao longo do trajeto da expedição eram donatárias do modelo protecionista e pacifista desenvolvido por Marechal Rondon. Foi a atuação deles que expandiu as metas inicialmente delimitadas para a Roncador-Xingu.

Ainda assim, a expedição cumpriu o anseio que a impulsionou em primeira instância no que diz respeito a levar a “civilização” e o “desenvolvimento” para o sertão brasileiro. No rastro da expedição foram abertos cerca de mil e quinhentos quilômetros de picadas, e a partir do desbravamento desses caminhos nasceram quarenta e duas cidades e vilas, e foram construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro transformaram-se em bases militares, constituindo hoje importantes pontos de apoio na segurança de voo nas rotas internas e internacionais (VILLAS BÔAS, 2012: 18).

...

A portaria que instituiu a Roncador-Xingu não fez alusão aos povos indígenas. Tendo em vista os objetivos da expedição e o contexto no qual ela se insere, podemos dizer que o viés de conduta que deveria ser assumido se enquadrava no modelo integracionista.

Entretanto, a partir do trabalho dos Villas Bôas, a Roncador-Xingu acabou por seguir o modelo protecionista. Este propunha a criação de reservas indígenas com a finalidade de “assegurar a reprodução simbólica e material das comunidades, segundo os usos e costumes, até que a sociedade brasileira estivesse apta a recebê-las e elas prontas para serem integradas, sem perder com isso a identidade cultural” (FILHO, 2006: 47). Essas foram as bases dos trabalhos realizados pelos irmãos Villas Bôas dentro da Roncador-Xingu, assim como, posteriormente, no Parque Nacional do Xingu.

Por fim, uma questão de extrema importância deve ser tratada: a apropriação da imagem simbólica do indígena como integrante da nacionalidade feita pelo Estado Novo. Cassiano Ricardo, um dos grandes apologistas da Marcha, idealizou a contribuição indígena na formação sociopolítica do Brasil de forma a colocá-lo como um valioso componente da herança nacional. De forma a esconder toda uma história de exploração e dizimação dessas populações e na tentativa de trazer os indígenas para o cerne do processo de expansão.

A ocupação do Brasil Central, materializada na Campanha da Marcha para o Oeste, era assim colocada como mais uma dessas interlocuções entre os indígenas (e suas terras) e a Nação. Isso posto, é necessário pensar para além da especificidade da atuação protecionista e pacífica empreendida pelos irmãos Villas Bôas. A Expedição Roncador-Xingu se insere dentro dos trabalhos da

Campanha da Marcha para o Oeste, portanto, ela se enquadra dentro do grande processo de expansão territorial proposto por Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Isto é, ela faz parte do movimento de espoliação e invasão das terras indígenas a partir de seu uso simbólico como integrante da nacionalidade brasileira. (Adaptado: ALMEIDA, Thays Fregolent de. Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central. **História e Democracia**: precisamos falar sobre isso. ANAIS. Unifesp / Campus Guarulhos, set. 2018. p. 5 e 7).

13. Escreva o que significou para os povos indígenas a Expedição Roncador – Xingu:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Para os povos do Xingu

14. Quais histórias são contadas pelos anciãos sobre o contato com os irmãos Villas Bôas e a Expedição Roncador-Xingu?

---

---

---

---

---

Houve uma grande valorização simbólica dos povos indígenas no período do Estado Novo, colocando-os como “verdadeiras raízes da brasilidade”, inclusive o dia do índio foi criado no dia 19 de abril de 1943.

Para resumirmos como a questão indígena foi pensada no início da República brasileira, vamos ler o texto a seguir:

Dentre os excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os indígenas. Se mesmo no Império o interesse foi mais retórico do que pragmático, e se nativos figuraram antes no romanceiro romântico do que em políticas de efetiva aplicação com a República o apagamento seria ainda mais evidente. Caso exemplar foi o massacre do grupo Kaingang, para que a estrada de ferro Noroeste do Brasil pudesse passar. Na época, Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, foi aos jornais defender o extermínio desses grupos.

Foi em 1880 que teve início, no Oeste paulista, o processo de demarcação de terras das tribos Guarani, Xavante e Kaingang. E, se as duas primeiras nações foram “integradas”, mesmo que ao preço de serem dizimadas culturalmente, a última resistiu à invasão de suas terras. O auge do confronto se deu em 1905, com a construção da estrada de ferro. A resistência indígena – na época chamada de “muralha Kaingang” – foi brava e longa. A situação só foi controlada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Na condução dessa instituição estava Cândido Mariano Rondon, militar e sertanista, que construiu linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás, entre outras atividades. O governo republicano andava preocupado com o isolamento da região e com a fragilidade das áreas de fronteira. Foi Rondon quem cumpriu o papel de incorporar a Amazônia efetivamente à nação, não só por meio do telégrafo (neste caso, o Centro-Oeste ao Sul do país) como mapeando o local, desbravando terras e estabelecendo um primeiro contato com os indígenas.

Mas em cada região a política de terras era distinta, ainda mais se lembrarmos que existiam áreas consideradas novas – como a Amazônia, redescoberta por conta da expansão da borracha e outras de colonização antiga. De toda maneira, a questão indígena deixara de vincular-se ao tema da mão de obra para se configurar





## **PARA SABER MAIS, PODEMOS VER OS SEGUINTE DOCUMENTÁRIOS:**

**Expedição Irmãos Villas Bôas (1953) no link:**

<https://www.youtube.com/watch?v=626XZlhj324&t=64s>

**Sinopse:** expedição dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, que fizeram o segundo contato com os, então chamados, Txukarramãe. A expedição foi registrada pelo jornalista e escritor Jorge Ferreira. Esse filme, de 14 minutos, é trecho do original que foi perdido. O filme original tinha mais de 1 hora de registro. O primeiro contato, realizado pelos irmãos Villas Bôas, foi em 1951.

**Guerra de Canudos – filme completo:**

<https://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E>

**ERA VARGAS – Resumo Desenhado:**

<https://www.youtube.com/watch?v=DL9lIZP4a6k>

**Juscelino Kubitschek apresenta o Projeto Brasília:**

<https://www.youtube.com/watch?v=SZzWm4ckpos>

**Juscelino Kubitschek (1902 – 1976):**

<https://www.youtube.com/watch?v=INO4pHmDCGY>

**Sinopse:** mineiro, de Diamantina, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o 20º presidente do Brasil e se destacou pela construção de Brasília. O governo de JK foi dinâmico e modernizador, com a sua política desenvolvimentista, que tinha como meta fazer o Brasil se desenvolver “cinquenta anos em cinco”.

**Indústrias no Brasil:**

<https://www.youtube.com/watch?v=ARCWp6jJ1BA>

**Surgimento das Indústrias no Brasil:**

<https://www.youtube.com/watch?v=mWm7H1o1jeU>

**Sinopse:** compreenda o surgimento das indústrias no Brasil e sua centralização na região Sudeste. Produzido pela editora FTD, 2012.

**A chegada dos imigrantes ao Brasil no século dezenove. - ED - JWS  
COM BR:**

[https://www.youtube.com/watch?v=yWf2\\_nh8vu4](https://www.youtube.com/watch?v=yWf2_nh8vu4)

**O Brasil na segunda Guerra Mundial**

<https://www.youtube.com/watch?v=FYBqjX4eEp8>

---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thays Fregolent de. Expedição Roncador-Xingu (1943 – 1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central. **História e Democracia**: precisamos falar sobre isso. ANAIS. Unifesp / Campus Guarulhos, set. 2018.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro Oeste. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT / Carlini & Caniato Editorial, 2008.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central I**. Dissertação (Mestrado) – 110 f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2014. p. 16-18).

GUERRA do Contestado – 100 anos (1912/16 – 2012). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado/abertura>. Acesso em: 07 de dez. 2012.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Mato Grosso na era Vargas: (1937 – 1945): caminhos migratórios e novas fronteiras. VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados** 13 (35), p. 167 – 198, 1999.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VALADÃO, Virgínia. Terra e território. Índios do Brasil 2. Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEED: SEF, 2001.

15 de NOVEMBRO DE 1889: A Proclamação da República. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>. Acesso em 03 nov. 2021.

---

## BIOGRAFIA DO AUTOR



### **Carlos Edinei de Oliveira**

Carlos é graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professor e pesquisador nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura Intercultural Indígena e dos Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória e do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural. Membro do comitê gestor da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-

Oeste e Norte do Brasil e América Latina – Reconal-Edu. Membro do Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade.

SEDUC  
SECRETARIA DE  
ESTADO DE EDUCAÇÃO  
ESPORTE E LAZER



GOVERNO DE  
**MATO  
GROSSO**

**UNEMAT**  
*Universidade do Estado de Mato Grosso*

